

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.578 - PE (2014/0316817-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ LUIS WAGNER - RS018097**  
**JEFFERSON LEMOS CALAÇA E OUTRO(S) - PE012873**  
**THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172**  
**JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B**  
**RECORRIDO** : **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SINDICATO. DIREITO À INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. SERVIDOR PÚBLICO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. RESP 1261020/CE. DIREITO À INCORPORAÇÃO NO PERÍODO DE 8 DE ABRIL DE 1998 A 5 DE SETEMBRO DE 2001. ART. 543-C DO CPC. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LIMITAÇÃO DA EFICÁCIA DA SENTENÇA AOS SUBSTITUÍDOS COM DOMICÍLIO NA JURISDIÇÃO DO ÓRGÃO PROLATOR. HONORÁRIOS. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. 1. Cuida-se de apelações e remessa obrigatória de sentença que rejeitou a

prejudicial de prescrição do fundo de direito e a preliminar de identidade de partes, acolhendo a preliminar de limitação da eficácia da sentença aos substituídos com domicílio no âmbito de jurisdição do órgão prolator quando da propositura da demanda e, no mérito, julgou procedente o pedido para assegurar aos substituídos processualmente, servidores públicos da UFPE, o direito de computarem o tempo de serviço exercido em funções de confiança durante o período compreendido entre 08.04.1998 e 05.09.2001, para fins de incorporação aos seus vencimentos/proventos das parcelas referentes aos 'quintos/décimos', com o pagamento das parcelas em atraso, respeitada a prescrição quinquenal. Os honorários advocatícios foram fixados em 10% sobre o valor da causa atualizado e foi concedido o benefício da justiça gratuita ao sindicato promovente.

2. O c. STJ, em julgado proferido no RESP 1261020/CE, sob o pálio

do regime de Recursos Repetitivos previsto no art. 543-C, do CPC, consolidou o entendimento quanto a ser devida a incorporação de quintos, em relação ao exercício de função comissionada, no período de 8 de abril de 1998, data do início da vigência da Lei nº 9624/98, a 5 de setembro de 2001, quando entrou em vigor a MP 2225-45/2001, transformando tais parcelas, desde logo, em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.

3. Consoante jurisprudência dominante, por se tratar de prestações de trato sucessivo, que se renovam mês a mês, não há que se falar em prescrição do fundo de direito da pretensão de incorporação de quintos. Inclusive, em tema de prescrição, o e. STJ também pacificou, em regime de Recurso Especial Repetitivo (RESP 1251993/PR), submetido ao rito do art. 543-C, do CPC, o entendimento de que é quinquenal o prazo prescricional para a propositura de ação de qualquer natureza contra a Fazenda Pública, a teor do art. 1º, do Decreto nº 20910/32, afastando, assim, a aplicação do Código Civil.

4. No que tange à norma contida no art. 2º-A, da Lei nº 9494/97, a jurisprudência deste e. Tribunal, na esteira do entendimento firmado pelo c. STJ, tem se posicionado pela sua aplicabilidade também aos sindicatos, de modo que as sentenças proferidas em ações coletivas devem alcançar apenas os substituídos que, no momento do ajuizamento da ação, tenham endereço na competência territorial do órgão julgador.

5. O deferimento do benefício da justiça gratuita a pessoas jurídicas deverá preencher requisitos distintos daqueles exigidos para as pessoas físicas, exigindo-se a comprovação da sua incapacidade financeira, conforme já pacificado na jurisprudência emanada da e. Corte Suprema. No presente caso, o SINTUFEPE-SS/UFPE não logrou êxito em comprovar possíveis dificuldades financeiras, requisito fundamental à concessão da assistência judiciária gratuita para as pessoas jurídicas, o que legitima a reforma da sentença neste particular.

6. No que tange aos honorários advocatícios, o § 4º, do art. 20, do CPC estabelece a possibilidade, em algumas hipóteses, de serem os honorários de advogado estabelecidos em patamares diversos daqueles previstos no § 3º do mesmo artigo, quais sejam, entre 10% e 20%. Uma dessas hipóteses é quando for vencida a Fazenda Pública. Entretanto, mesmo nessas situações, os critérios fixados no § 3º devem ser respeitados na tarefa de fixação da verba honorária.

7. Considerando tais elementos, mostra-se justa a fixação da verba honorária, numa demanda como a presente, em R\$ 3.000,00 (três mil

reais), por se mostrar condizente com o trabalho realizado e com a simplicidade da causa, não tendo exigido dos causídicos grandes esforços para a solução do conflito. Apelações e remessa obrigatória parcialmente providas" (fls. 223/224e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 226/235e e 236/240e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SINDICATO. DIREITO À INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. SERVIDOR PÚBLICO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. RESP 1261020/CE. DIREITO À INCORPORAÇÃO NO PERÍODO DE 8 DE ABRIL DE 1998 E 5 DE SETEMBRO DE 2001. ART. 543-C DO CPC. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LIMITAÇÃO DA EFICÁCIA DA SENTENÇA AOS SUBSTITUÍDOS COM DOMICÍLIO NA JURISDIÇÃO DO ÓRGÃO PROLATOR. HONORÁRIOS. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. INCONFORMISMO COM A DECISÃO PROFERIDA.

1. Não devem prosperar embargos declaratórios opostos com a finalidade de emprestar efeitos modificativos ao julgado, quando neste inexistir omissão, contradição ou obscuridade e o embargante se limita a demonstrar seu inconformismo com o que foi decidido.
2. As supostas omissões apontadas nos embargos de declaração estão expressamente tratadas no acórdão embargado.
3. O tão só propósito de prequestionar, sem a existência, no caso concreto, de quaisquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Processo Civil, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ e deste Tribunal. Embargos de declaração do SINTUFEPE e da UFPE desprovidos" (fl. 275e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 20, §§ 3º e 4º, 458, II, e 535, II, do CPC/73, 2º-A, parágrafo único, da Lei 9.494/97 e 1º, 2º e 4º da Lei 1.060/50, sustentando a nulidade do acórdão recorrido por omissão e, no mérito, que, "da sua própria redação, verifica-se que não se aplica o art. 2º-A da Lei nº 9.494/97 aos sindicatos, eis que defendem interesses de toda a categoria e não somente dos filiados, uma vez que não atuam

# Superior Tribunal de Justiça

como representantes, mas como substitutos processuais, por força do art. 8º, III, da CF" (fl. 286e).

Aduz que "a verba honorária fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais), como ocorreu no presente caso, sem dúvida, se mostra irrisória" (fl. 288e).

Pugna, ademais, pela concessão do benefício da assistência judiciária, ao argumento de que, "se analisada a realidade do recorrente, verificar-se-á que a sua única fonte de renda vem das contribuições mensais de seus associados, e que a mesma se destina, primordialmente, ao pagamento da folha de seus funcionários e à manutenção das atividades sindicais" (fl. 294e).

Por fim, requer:

"a) seja decretada a nulidade do acórdão proferido no julgamento dos embargos declaratórios, retornando os autos para que o Tribunal a quo os julgue novamente, apreciando as omissões apontadas, em sua totalidade;

b) na hipótese de rejeição do pedido anterior, considerando-se prequestionada a matéria, seja parcialmente reformado o r. acórdão regional para:

b.1) afastar a limitação do decisum aos substituídos que, na data da propositura da ação, tenham domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator, sendo reconhecida a ampla legitimidade do sindicato e a impossibilidade de limitação dos efeitos da sentença;

b.2) que seja fixada a verba honorária entre 10% e 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20 do CPC, ou, subsidiariamente, que seja fixada de forma não irrisória;

b.3) seja restabelecido o benefício da assistência judiciária gratuita ao Sindicato ora recorrente" (fl. 296e).

Sem contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 357e).

A irresignação merece prosperar, em parte.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrente, objetivando o reconhecimento do "direito dos substituídos à incorporação de quintos/décimos até 4 de setembro de 2001, momento em que passaram a constituir VPNI, conforme a MP no 2.225-45/2001" (fl. 17e), bem como o pagamento das respectivas diferenças remuneratórias.

Julgada procedente a demanda, recorreram ambas as partes, tendo sido parcialmente reformada a sentença, pelo Tribunal local, **in verbis**:

"Por tais argumentos, DOU PARCIAL PROVIMENTO À

# *Superior Tribunal de Justiça*

APELAÇÃO DO SINDICATO para fixar, os honorários advocatícios em R\$ 3.000,00 (três mil reais) e DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DA UFPE E À REMESSA OBRIGATÓRIA para cassar o benefício da justiça gratuita deferido ao sindicato" (fl. 221e)

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Quanto ao tema central, é firme o entendimento desta Corte no sentido de que, "quando em discussão a eficácia objetiva e subjetiva da sentença proferida em Ação Coletiva proposta em substituição processual, a aplicação do art. 2º-A da Lei 9.494/1997 deve-se harmonizar com os demais preceitos legais aplicáveis ao tema, de forma que o efeito da sentença coletiva nessas hipóteses não está adstrito aos filiados à entidade sindical à época do oferecimento da ação coletiva, ou limitada a sua abrangência apenas ao âmbito territorial da jurisdição do órgão prolator da decisão" (STJ, AgInt no REsp 1.784.080/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/05/2019).

Na mesma linha:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. EFEITOS NÃO CIRCUNSCRITOS AO TERRITÓRIO ONDE PROLATADA A DECISÃO, MAS APENAS AOS LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO QUE FOI DECIDIDO.

I - Na origem, trata-se de ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná - SIMEPAR em desfavor da União, objetivando, em síntese, a suspensão da incidência do desconto

previdenciário sobre o Adicional de Plantão Hospitalar recebido pelos servidores substituídos, com restituição dos valores até então descontados. Na sentença julgou-se procedente o pedido. No acórdão a sentença foi mantida.

II - A parte agravante somente se insurge quanto ao tema relativo à aplicação do art. 2-A da Lei n. 9494/97, relativamente à limitação territorial dos efeitos da decisão proferida em ação civil coletiva.

III - **No tocante ao alcance das decisões nas ações coletivas propostas por sindicatos na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos ao território onde prolatada a decisão, mas apenas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, não sendo necessário autorização expressa ou relação nominal dos servidores vinculados.** Nesse sentido: REsp n. 1.732.071/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/5/2018, DJe 21/11/2018; AgInt no REsp n. 1.596.082/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 7/3/2017, DJe 13/3/2017.

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.632.329/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/03/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. AJUIZAMENTO POR SINDICATO, NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTO PROCESSUAL. FORO COMPETENTE. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O Supremo Tribunal Federal firmou orientação, sob o regime da repercussão geral, segundo a qual há distinção entre a execução individual de sentença coletiva proposta por sindicato daquela proposta

por associação, no que se refere à legitimidade e autorização dos sindicalizados ou associados.

**III - Tratando-se de ação coletiva ajuizada, sob o rito ordinário, por sindicato, na qualidade de substituto processual, os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido. Precedentes.**

IV - A Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.750.148/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/02/2019).

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO TRANSINDIVIDUAL. LEGITIMIDADE DO SINDICATO. PRECEDENTES. EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. ART. 2º-A DA LEI 9.784/1999. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO ATUAL DESTA E. STJ. APLICAÇÃO DA SÚMULA 568/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Esta e. 2ª Turma, em recente assentada, quando do julgamento do AgRg no AgRg no Ag 1.419.534/DF, firmou entendimento no sentido de que, quando em discussão a eficácia objetiva e subjetiva da sentença proferida em ação civil pública, a aplicação do art. 2º - A da Lei 9.494/1997 deve se harmonizar com os demais preceitos legais aplicáveis ao tema. Dessa feita, a Corte de origem ao assentar que 'é ampla a legitimidade dos sindicatos para atuarem na defesa dos direitos subjetivos individuais e coletivos de seus integrantes, mostrando-se inadequado restringir os efeitos da decisão judicial à competência territorial do órgão prolator' (fl. 475-e), o fez em sintonia com o entendimento firmado nesta Corte superior.

# Superior Tribunal de Justiça

Aplicação da Súmula 568/STJ.

2. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.596.082/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/03/2017).

Ao que se tem dos autos, a Corte de origem, valendo-se dos fundamentos da sentença, concluiu que, "no que tange à norma contida no art. 2º-A, da Lei nº 9494/97, a jurisprudência deste e. Tribunal, na esteira do entendimento firmado pelo c. STJ, tem se posicionado pela sua aplicabilidade também aos sindicatos, de modo que as sentenças proferidas em ações coletivas devem alcançar apenas os substituídos que, no momento do ajuizamento da ação, tenham endereço na competência territorial do órgão julgador " (fls. 380/381e).

Portanto, considerando a compreensão adotada por este Tribunal Superior, impõe-se a reforma do **decisum** de Juízo de 2º Grau.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

De mais a mais, a forma da jurisprudência do STJ, "no que diz respeito à possibilidade de modificação, em Recurso Especial, dos honorários advocatícios fixados nas instâncias de origem: a) a regra é a aplicação da Súmula 7/STJ; b) excepcionalmente, afasta-se o óbice **sumular** quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo, o que somente pode ser feito quando o Tribunal *a quo* expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC; e c) o valor da causa, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do *quantum* como ínfimo ou abusivo" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1.451.336/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 1º/07/2015).

Portanto, em situações excepcionalíssimas, esta Corte afasta a Súmula 7/STJ, para exercer juízo de valor sobre o **quantum** fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes. Para isso, indispensável, todavia, que tenham sido delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73.

**In casu**, sem deixar delineadas, no acórdão recorrido, especificamente em relação ao caso concreto, todas as circunstâncias previstas nas alíneas **a**, **b** e **c** do § 3º do art. 20 do CPC/73 – **a**) o grau de zelo do profissional; **b**) o lugar de prestação do serviço; **c**) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço –, o Tribunal de origem fixou os honorários de advogado em R\$ 3.000,00 (três mil reais), com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC/73.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tal contexto não autoriza a majoração de honorários pretendida, de maneira que não há como acolher a pretensão da parte recorrente, incidindo, na espécie, a Súmula 7/STJ, o que inviabiliza o conhecimento do Recurso Especial, no ponto.

Outrossim, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, apesar de o benefício da gratuidade de justiça poder ser pleiteado a qualquer tempo, bastando a simples afirmação de que o requerente não está em condições de arcar com as despesas processuais, cuida-se de afirmação com presunção relativa, podendo o magistrado indeferi-lo, se encontrar, na análise do suporte fático trazido aos autos, fundamentos que contrariem o estado de hipossuficiência da parte requerente.

No caso, ao estabelecer solução para a controvérsia, o Tribunal local reportou-se ao suporte fático-probatório contido no feito e, nos termos da jurisprudência desta Corte, "aferir a condição de hipossuficiência do recorrente para fins de aplicação da Lei Federal 1.060/50 demanda o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a este Tribunal, em razão do óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgRg no AREsp 769.514/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2016).

A propósito:

**"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.**

1. No que tange à assistência judiciária gratuita, o Tribunal de origem se manifestou pela ausência de comprovação da hipossuficiência alegada, fazendo-o nos seguintes termos: 'Assim, adotando o entendimento firmado na jurisprudência da Turma, no sentido de que apenas faz jus à gratuidade judiciária aqueles que auferem rendimentos inferiores a cinco salários mínimos, não há como ser concedido o referido benefício à agravante, que percebe benefício de pensão por morte, cujos proventos mensais no ano de 2014 computavam valor de R\$ 5.047,04 (cinco mil, quarenta e sete reais e quatro centavos)'.

**2. Verifica-se, portanto, que a pretensão recursal demanda reexame das provas dos autos para aferir se estariam ou não presentes as condições para a concessão da gratuidade da justiça, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.**

3. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1645895/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/04/2017).

# Superior Tribunal de Justiça

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - PRESUNÇÃO JURIS TANTUM - REVISÃO - ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Este Superior Tribunal posiciona-se no sentido de que a declaração de pobreza, com o intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, admitindo-se prova em contrário (AgRg no AREsp 259.304/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/05/2013).

2. **A desconstituição das conclusões adotadas pelo Tribunal de origem acerca da condição do autor de arcar com as despesas do processo, tal como postulado nas razões do recurso especial, demandaria o reexame de matéria fática, procedimento que, em sede especial, encontra empecilho na Súmula 7/STJ.**

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 870.424/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/06/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial e, nessa parte, **dou-lhe provimento**, nos termos da fundamentação.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora